

# A Profissão do Direito\*

*Modesto de Sousa Barros Carvalhosa*

Professor Adjunto de Direito Comercial da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Queridos paraninfados:

Coube-me a tarefa de vos ministrar a derradeira aula como vosso professor, e ao mesmo tempo saudar-vos, para simbolicamente introduzir-vos na atividade que escolhestes partilhar conosco: A PROFISSÃO DO DIREITO.

Vós o fazeis neste ano em que se comemora o Sesquicentenário dos Cursos Jurídicos do Brasil.

Nada mais comovente para quem teve um convívio diário convosco, no persistente esforço de vos transmitir uma ciência de largas tradições, ainda que numa fase de nossa História em que o Direito não é reconhecido e a Justiça desrespeitada.

Ainda hoje vos vislumbrei no pátio da velha Escola, nos alegres momentos da despedida — também esta simbólica —, pois, da Academia não se consegue afastar jamais, templo que é do nosso espírito e de nossas aspirações mais profundas.

E, naquele momento, lembrei-me dos anos que, na rotina acadêmica, pusemo-nos a estudar juntos o Direito.

Nesse convívio prazeroso tive, não obstante, sempre presente o fato de que pertenceis a uma geração que ainda não conheceu a liberdade, a democracia e, via de consequência, o exercício da Justiça e das prerrogativas do Homem.

A falência gradativa da ordem jurídica colheu a maior parte de vós em plena infância.

Fostes destinados a formar a geração do TER e não a geração do SER. Uma geração cujo principal sentimento e móvel de conduta deveria ser o MEDO.

\* Discurso de Paraninfo da Turma Senador Paulo Brossard, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, proferido em 8-12-1977, ano do Sesquicentenário da Faculdade de Direito da Universidade de S. Paulo.

No longo processo desse antiaprendizado, devíeis primeiro saber que não vos seria permitido participar. Depois, caber-vos-ia descobrir que também vos era vedado falar, para finalmente vos acostumardes, já ao nível da introjeção, que para sobreviverdes não deveríeis sequer pensar.

Confesso que muitas vezes me convenci de que esse quadro macabro já se instalara entre vós, ao erroneamente confundir a vossa alegria sempre presente às aulas e ao convívio acadêmico, com a presumível inconsciência da tragédia cotidiana de um País que vos negava qualquer direito e qualquer perspectiva agora e no futuro.

Ledo engano o meu. Destinados que fostes a meros produtores e consumidores de bens e serviços, soubestes descobrir em vós mesmos, e trazê-los ao nível da consciência, o instinto da liberdade e da participação, inerentes ao ser humano.

Sobrepujando o medo que vos foi inculcado, soubestes honrar, como poucas gerações anteriores o fizeram, as tradições dos estudantes de Direito de São Paulo.

Cabe-vos a glória de, no ano do Sesquicentenário dos Cursos Jurídicos, ter sacudido a consciência nacional e a dos próprios detentores do Poder, denunciando que, no Brasil, a ordem jurídica estava esfacelada, que os direitos humanos não eram respeitados e que a participação política, a mais legítima, era negada.

Cabe-vos, ainda, o galardão de terdes demonstrado que a destruição do Direito levou a um estado de injustiça não só formal como substancial, criando um País de uns poucos privilegiados, com prerrogativas acima de qualquer lei, e milhões de brasileiros juridicamente desassistidos e politicamente humilhados.

Honrastes, dessa forma, não só as tradições históricas da velha Academia. Demonstrastes, com a vossa união em torno do primado do Direito e da Democracia, que fostes dignos da História e, nela, do jubileu que marca a vossa formatura.

A festa que ora vos reúne já traz a marca das primeiras promessas de que a vossa luta democrática terá seus frutos em breve. E se a promessa não for logo cumprida, ou for postergada, sabeí que a Nação deve ao vosso empenho, à vossa sinceridade e à vossa persistência o reconhecimento, pelo próprio poder constituído, da legitimidade das teses que empunhastes contra o arbítrio e a injustiça.

Quando pedistes: “o Estado de Direito JÁ”, lavrastes na vida brasileira o início da redenção de um povo política, social e economicamente oprimido.

Colhei com humildade essa primeira vitória, mas, não a ponto de esquecê-la ou renegá-la no futuro. Sede fiéis aos generosos princípios de vossa luta. Que o sucesso dos anos de maturidade não vos faça omissos na defesa da Justiça e do Estado de Direito. E que jamais alguém dentre vós traia os vossos ideais democráticos de hoje.

Falemos agora de nossa geração. Diferentemente de vós, conhecemos por quase vinte anos e, em plena mocidade, o primado do Direito, o respeito às leis e a plena participação política nos destinos do País.

Não conhecíamos o medo; não nos infundiram o temor aos governantes em nossa vida acadêmica e, durante muitos anos, praticamos o Direito em meio a instituições que produziam legitimamente as leis e administravam com independência a Justiça.

Dolorosamente, porém, devemos vos dizer que não fomos dignos da liberdade que os moços da Academia, numa campanha tão heróica quanto a vossa, haviam conquistado em 1945.

Dominados por uma concepção elitista do Direito, a nossa geração hesitou num momento difícil da vida institucional do País.

Na realidade, não temíamos as autoridades, mesmo porque democraticamente constituídas. Temíamos, no entanto, o povo.

E por não acreditarmos no povo e, portanto, na Nação, despimo-nos de nossa ordem jurídica e política, por um momento que julgáramos fosse brevíssimo, apenas necessário à manutenção da ordem ameaçada.

A tragédia histórica que veio a seguir não precisa ser recontada. Instituído o novo regime para restaurar a democracia, esta acabou destruída. Justificada a adoção da nova ordem para a defesa dos valores cristãos do povo brasileiro, foi a Igreja perseguida. Aclamado o movimento para que defendesse os princípios de nossa civilização ocidental, passou-se a desrespeitar o próprio fundamento dessa mesma civilização, qual seja a inviolabilidade dos direitos humanos.

As instituições do Estado esfacelaram-se. O projeto nacional cindiu-se nos anseios inconciliáveis da tecnoburocracia dominante e insensível e os da sociedade civil dominada e humilhada. A nação parecia desaparecer na medida em que a população era colocada sob suspeita.

Leis auto-outorgadas visavam a defender os aparelhos de Estado contra a própria Nação, como se vivêssemos num país ocupado, em que o Poder devesse ser exercido contra um povo conquistado e, portanto, inimigo.

Queridos alunos. Lembrai-vos destes fatos no limiar da restauração do Estado de Direito que vem de ser anunciada, para que não repitais os nossos erros. Contribuí para a cessação do círculo vicioso da nossa história política, que até agora oscilou entre o autoritarismo e o regime democrático.

Rompei com esse processo diabólico. Para tanto, não deixeis de apoiar decididamente o esforço que ora se faz pela redemocratização do País, sem preconceitos e discriminações mesmo contra aqueles que, donos de um poder absoluto, decidiram retomar o caminho do reencontro do Estado com a Nação, mediante o restabelecimento da ordem jurídica.

E, nos anos que se seguirem, se for alcançada a redemocratização deste País, procurai aprofundar o conceito de Justiça e a missão do Direito. Lutai para que a Justiça social se faça através da ordem jurídica.

Como políticos e legisladores, fazei com que as gritantes injustiças, que deformam a estrutura sócio-econômica do Brasil, sejam corrigidas.

Como juízes, sede independentes dos economicamente poderosos e dos detentores dos aparelhos do Estado. Apartai-vos, portanto, da concepção formalista na administração da Justiça, que, hoje, como nunca, leva ao desamparo a cidadania frente ao Poder político e à indigência do povo perante o poder econômico.

Como promotores, procurai honrar as tradições de defensores intransigentes do bem comum e do interesse público. Reconstruí a instituição.

Como causídicos, honrai a luta que a Ordem dos Advogados do Brasil trava há tantos anos pelos direitos do Homem e pelo retorno à ordem jurídica e ao Estado de Direito. Usai os vossos instrumentos profissionais na intransigente afirmação do primado da Justiça sobre a força dos poderosos.

Ainda como advogados, agi sempre a favor do homem e pela preservação do seu ambiente natural e urbano. Não aconselheis e não permitais a ganância estrangeira sobre os nossos recursos nem a cupidez daqueles que depedram as cidades e a natureza e degradam o Homem.

Queridos paraninfados. O destino dos povos é construir o futuro e o seu sonho é o de serem, num determinado momento, a vanguarda da História. Essa vocação é inelutável. Vede as nações que já lograram sua grandeza no passado. O seu tradicionalismo não significa a afirmação dos valores pretéritos, mas sim a nostalgia do tempo histórico em que foram futuro.

Legítimo e natural, portanto, que este País também queira ser o futuro. Não o será jamais, no entanto, copiando, a reboque, a estrutura econômica voltada para a produção de bens para exportação ou para o consumo de uma elite privilegiada, às custas da marginalização de seu povo.

O Brasil somente será futuro na medida em que souber voltar-se para os interesses de sua população. E deve fazê-lo na vanguarda da crítica que universalmente hoje se faz à devastadora sociedade de consumo, que ameaça a própria vida deste Planeta.

Refleti, pois, na proposta de uma sociedade humanitarista que, acima e além do humanismo, volte-se para a preservação do homem e de seu meio, mediante a produção equilibrada e a repartição justa dos bens. Uma sociedade que permita ao homem SER e não apenas TER. Cabe a vós construir esse futuro.

Se, no entanto, não tiverdes logo a oportunidade de ver restaurada a ordem jurídica e a democracia política voltada para o bem de todos; se deveis ainda esperar muito para que o autoritarismo seja afastado deste País, ainda assim vos caberá um papel fundamental no exercício da Profissão do Direito que abraçastes.

Na falta das instituições políticas e civis, que propiciem o vosso desempenho de cidadãos, sede cada um de vós essas instituições.

Não resta, com efeito, ao homem consciente e justo, submetido, como seu povo, às violências de um regime sem lei, senão tornar-se ele próprio o símbolo das instituições destruídas ou perseguidas.

No obscurantismo, cabe palmilhar o caminho da obstinação e do exemplo e o exercício prudente e, portanto, duradouro da coragem.

E para que não penseis impossível, distante ou simplesmente mitológica essa missão sublime e imperiosa, olhai próximo de vós para verdes aqueles que, sem desespero ou impaciência, souberam corporificar as instituições deste País.

Segui o caminho desses homens, falíveis, é certo, mas iluminados pelo Evangelho do Direito e da Justiça.

Assim é que tendes, na Política, PAULO BROSSARD e TEOTÔNIO VILELA. Na Magistratura, ALIOMAR BALEEIRO. No Ministério Público, HÉLIO BICUDO. No Magistério, GOFFREDO DA SILVA TELLES JÚNIOR e DALMO DALLARI. Na Universidade, NADIR KFOURI. Na Advocacia, a figura sublime de SOBRAL PINTO e a do jovem JOSÉ CARLOS DIAS. Na Igreja, Dom PAULO EVARISTO e Dom PEDRO CASSALDAGLIA. Na Poesia, CHICO BUARQUE DE HOLLANDA. No Pensamento, TRISTÃO DE ATHAIDE. Homens de tantos matizes que formam o nosso círculo indestrutível de esperança.

Ao vos mirar nesses exemplos, não percais, no entanto, a consciência de que a virtude pessoal não basta para que prevaleça a ordem social justa e democrática.

Como esses homens e tantos outros, é necessário ter consciência da necessidade de mudança das estruturas não só políticas mas também sociais e econômicas.

O ser humano é, com efeito, fruto da estrutura em que vive. A virtude isolada ou a simples somatória dessas mesmas virtudes, apartadas das preocupações com a evolução das relações na sociedade, resultam inúteis e improficuas.

Tende presente essa realidade para que não vos embrenheis na solidão dos vossos próprios méritos morais e de espírito.

O ZON POLITIKON é o ser que participa da Cidade, vale dizer, do seu governo. A vocação para a vida política é atributo da própria natureza humana.

Negá-la, como o fazem os regimes autoritários, constitui ofensa à própria existência do Homem.

Negar-se, como muitos o fazem por comodismo ou alienação, a participar do governo da Cidade, constitui igualmente ofensa ao melhor convívio entre os seres e à busca de sua felicidade coletiva.

É por isso que, também no plano individual, a felicidade somente é alcançável na medida em que o homem sente-se útil à comunidade.

É o respeito do seu grupo social, acima das conjunturas da riqueza e do poder, que dá ao homem equilíbrio e o maravilhoso sentimento de auto-estima.

Procurai, pois, no exercício da Profissão do Direito, o reconhecimento da Cidade, não somente pelo vosso saber, mas

principalmente pelo uso que ireis fazer dele na procura e na afirmação da Justiça.

Sede, portanto, sábios, mas utilizai essa sabedoria para a realização do bem comum.

E quando tiverdes o poder político, empregai-o, não para o fortalecimento das estruturas do poder, mas sim para a emancipação da sociedade civil.

Que a cidadania se fortaleça com a vossa contribuição. Somente assim poderemos ingressar no círculo das nações civilizadas.

Queridos paraninfados. Iniciastes a vossa carreira profissional no mundo do Direito, plenamente conscientes das dificuldades que vós mesmos denunciastes em vossa gloriosa luta pelo restabelecimento da ordem jurídica.

Aos votos derradeiros de felicidades que vos dirigimos, queremos acrescentar o de confiança ilimitada na vossa contribuição para que construamos um País justo e fraternal.

Sede felizes.